

Conclusão do recurso

Conheço do agravo de petição interposto pela reclamante, Kinia Nathielle Gorges Aguiar, porque satisfeitos os pressupostos de admissibilidade. No mérito, dou-lhe provimento para reformar a decisão que declarou a inexigibilidade do título judicial, determinando-se o regular prosseguimento da execução.

ACÓRDÃO**Fundamentos pelos quais**

O Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, em sessão ordinária da sua Sétima Turma, hoje realizada, sob a presidência da Exma. Desembargadora Cristiana Maria Valadares Fenelon, presente a Exma. Procuradora Sílvia Domingues Bernardes Rossi, representante do Ministério Público do Trabalho, computados os votos do Exmo. Juiz convocado Márcio Toledo Gonçalves (substituindo o Exmo. Desembargador Marcelo Lamego Pertence) e da Exma. Desembargadora Cristiana Maria Valadares Fenelon, JULGOU o presente processo e, unanimemente, conheceu do agravo de petição interposto pela reclamante, Kinia Nathielle Gorges Aguiar, porque satisfeitos os pressupostos de admissibilidade. No mérito, sem divergência, deu-lhe provimento para reformar a decisão que declarou a inexigibilidade do título judicial, determinando-se o regular prosseguimento da execução. Belo Horizonte, 25 de setembro de 2020.

PAULO ROBERTO DE CASTRO**Relator**

BELO HORIZONTE/MG, 01 de outubro de 2020.

SUELEN SILVA RODRIGUES

**Ata
Ata de Sessão de Julgamento****SECRETARIA DA 7A. TURMA****Ata da Sessão de Julgamento de Processos Eletrônicos da Sétima Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª. Região****Sessão Virtual: início às 00h do dia 18 de setembro de 2020 e término às 23h59min do dia 22 de setembro de 2020.****Sessão Telepresencial: dia 25 de setembro de 2020, com início às 9h30min e término às 12h05min.**

Presidente: Exma. Desembargadora Cristiana Maria Valadares Fenelon.

Composição da Turma Julgadora: Exmo. Desembargador Paulo Roberto de Castro, Exmo. Juiz convocado Márcio Toledo Gonçalves (substituindo o Exmo. Desembargador Marcelo Lamego Pertence, em férias), Exma. Desembargadora Cristiana Maria Valadares Fenelon e Exmo. Desembargador Antônio Carlos Rodrigues Filho.

Representante do Ministério Público do Trabalho: Dra. Adriana Augusta de Moura Souza.

Proposições: O Exmo. Des. Paulo Roberto de Castro manifestou sua comoção pelo grave acidente envolvendo a Juíza Elen Cristina Barbosa Senem Moraes, augurando-lhe um rápido restabelecimento. A moção foi acompanhada pelos demais magistrados componentes da Turma e pelo d. MPT, pela sua representante.

Advogados inscritos para sustentação oral:

Suzana Maria Paletta Guedes Moraes, Eduardo Vicente Rabelo Amorim, Leonardo David Braga dos Santos, Marialice Dumbá Soares, Leonardo Augusto Bueno, Gustavo Faria Bahia de Oliveira, Rafael Ramos Abrahão, Gustavo Estevam Lopes de Figueiredo, Cristiane Pereira, e Leonardo Eleutério Campos, Leonardo Sette Abrantes Fioravante, Marlene Maria Estevão Arthuso, Leonardo de Almeida Oliveira, Leilton Wallas Mendes Silva, Gustavo Tadeu Bijos Assis Pinto, Thiago Vijande Valladares, Leonardo Muller Simas, Thamy Oliveira Miranda, Lucas Faria de Castro, e Bruna Santiago Dias Xavier, Izabella Rosa dos Santos Vaz, Arlete da Silva Costa

Barbosa, Thales Tadeu Cavalcanti Soares, Ana Carla Gonçalves da Silva, Alexander Reis Elias, Alex Santana de Novais, Vanessa de Oliveira,

Pauta do dia: relação publicada no DEJT (edição de 10.09.2020).

Resultados de julgamento, adiamentos e processos retirados de pauta: conforme registros na aba "movimentações" da consulta processual no sistema PJE.

Gravação da sessão telepresencial em: <https://portal.trt3.jus.br/internet/capa-layout-csjt/carrossel/downloads/sessoes-virtuais>

Cristiana Maria Valadares Fenelon
Desembargadora Presidente da 7ª.Turma

Gilberto Alves Leite
Secretário da 7ª.Turma

Notificação

Processo Nº RORSum-0010020-85.2020.5.03.0084

Relator	Antonio Carlos Rodrigues Filho
RECORRENTE	AGRICOLA MINAS NORTE LTDA
ADVOGADO	MARIA LUIZA GONCALVES LIMA(OAB: 162212/MG)
ADVOGADO	ALEXANDRE FERREIRA MEDEIROS(OAB: 187668/MG)
ADVOGADO	JOAQUIM ALVES DA ROCHA JUNIOR(OAB: 107625/MG)
RECORRIDO	GLEISON GONCALVES LIMA
ADVOGADO	CAMILA ULHOA MARTINS(OAB: 104453/MG)
ADVOGADO	YURI JORDAO FRANCO(OAB: 81811/MG)
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- AGRICOLA MINAS NORTE LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO nº 0010020-85.2020.5.03.0084 (ED)

EMBARGANTE: AGRICOLA MINAS NORTE LTDA

PARTE CONTRÁRIA: GLEISON GONCALVES LIMA

RELATOR(A): ANTONIO CARLOS RODRIGUES FILHO

FUNDAMENTAÇÃO

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

Conheço dos embargos de declaração interpostos pela reclamada em ID 36b53ca em face do acórdão de ID 9755937, porquanto atendidos os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade.

JUÍZO DE MÉRITO

A reclamada alega que o acórdão padece de contradição, visto que o depoimento validado não autoriza a fixação do salário mensal do reclamante no patamar de R\$6.240,00, mas, no máximo, em R\$5.200,00. Pede o reexame do depoimento.

A embargante não aponta contradição; ela apenas critica *decisum* de primeiro grau (mantido, no aspecto, por autorização do art. 895, §1º, IV, da CLT) e, além disso, pede o reexame da prova oral produzida.

Ora, a contradição que a lei prevê seja sanada pela via declaratória é aquela que se manifesta pela incoerência interna havida nas proposições da motivação ou entre a motivação e a conclusão enunciada.

A suposta contradição entre o *decisum* proferido e a prova produzida, não é vício declaratório, mas, sim, *error in iudicando*.

Contrariar as expectativas da parte não tipifica vício de declaração, sob pena de o Estado-juiz cometê-lo sempre que prestar a jurisdição, pois, necessariamente, deixará um dos litigantes insatisfeito.

Embargos rejeitados.

Conclusão do recurso

Conheço dos embargos de declaração interpostos pela reclamada para, no mérito, negar-lhes provimento.